



**Radar
Analítico
FUG**

AGENDA VERDE



**NA AGENDA DO CONGRESSO
TRÊS VÉRTICES DE DESCARBONIZAÇÃO**

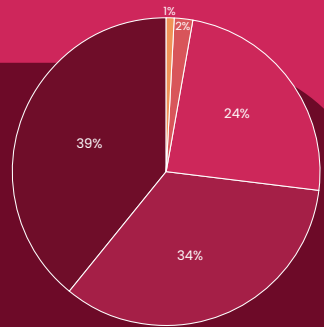
DESAFIOS AMBIENTAIS E MUDANÇAS CLIMÁTICAS CONSOLIDAM-SE NO DEBATE PÚBLICO BRASILEIRO

A Agenda Verde de políticas públicas e de atuação de governos, empresas e sociedade civil tem, finalmente, ocupado espaço majoritário no debate público. Globalmente, é um dos assuntos mais discutidos hoje, a partir de uma abordagem convergente, multidimensional, que transborda para outros temas sociais e econômicos, em que as mudanças no clima estão se transformando em emergência climática. No Brasil, todavia

ainda não se sobrepõe à agenda social e econômica, mas está crescendo em influência e na plataforma política, especialmente após a grande repercussão da catástrofe climática no Rio Grande do Sul. O Radar Analítico, na Semana do Meio Ambiente, traz pontos de atenção de uma agenda verde positiva para líderes e gestores públicos, com foco mais imediato na descarbonização da economia brasileira.

EM PESQUISA, POPULAÇÃO BRASILEIRA DEMONSTRA QUERER EQUILÍBRIO ENTRE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

Pesquisa realizada pela The Nature Conservancy em todo o território brasileiro no início deste ano apresenta apoio de 63% da população para o equilíbrio entre desenvolvimento econômico e meio ambiente. Outros 34% defendem a priorização do critério ambiental nas políticas públicas.



- Meio ambiente prioridade, sem afetar o desenvolvimento econômico
- Meio ambiente prioridade, mesmo que afete o desenvolvimento econômico
- Desenvolvimento econômico prioridade, mas sem afetar o meio ambiente
- Desenvolvimento econômico prioridade, mesmo que afete o meio ambiente
- Não sabe

"O biodiesel representa a redenção social e econômica para as comunidades mais deprimidas do país. A partir da agroindústria, teremos a inclusão produtiva de milhares de pessoas que fazem a vida na lavoura, reforçando o compromisso agroambiental do Brasil com o mundo. O resultado do projeto de lei do Combustível do Futuro na Câmara dos Deputados atesta que o projeto foi bem construído e atende aos interesses nacionais."

Alceu Moreira, Presidente da Frente Parlamentar do Biodiesel e Presidente da FUG

"Se o mundo ajudasse o Brasil, seria possível preservar a Amazônia a um custo baixo. Porque o mundo inteiro vai se beneficiar com a preservação da floresta tropical, e isso vai ajudar nas mudanças climáticas. Algum tipo de transferência de pagamentos de países desenvolvidos para um país como o Brasil, para apoiar esses esforços, faria todo o sentido."

Lars Peter Hansen, Prêmio Nobel de Economia de 2013 e professor da Universidade de Chicago (EUA)

PL 914/24 – O Programa Mover – Mobilidade Verde e Inovação, que regulamenta o incentivo para a descarbonização da produção de veículos, cria uma política de promoção do uso de biocombustíveis e de outros combustíveis de baixo teor de carbono e de formas alternativas de propulsão e valorização da matriz energética brasileira. Matéria foi aprovada na Câmara dos Deputados e seguiu para o Senado no dia 29/5. A partir de uma política mais efetiva de estímulo aos veículos elétricos e biocombustíveis, o Brasil reduz a defasagem de suas políticas públicas em relação à União Europeia e outros países líderes na indústria.

O Projeto de Lei dos Combustíveis do Futuro (PL 528/2020) foi aprovado em março deste ano na Câmara e se encontra no Senado, tendo como relator o Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB).

A política de hidrogênio verde avança em sua formulação, a partir do PL 1878/2022. Política de Hidrogênio Verde, o PL 725/2022 disciplina a inserção do hidrogênio como fonte de energia no Brasil, inserindo-o na Lei 9478/1997, a Lei do Petróleo, e o PL 2308/2023 institui o marco legal do hidrogênio de baixa emissão de carbono. As propostas da Câmara e do Senado precisam evoluir para um Marco Legal convergente, assim como combinar com as políticas dos Ministérios da Fazenda e de Minas e Energia. A Comissão Especial da Transição Energética e Produção de Hidrogênio Verde da Câmara dos Deputados está ouvindo experiências internacionais e melhores práticas.

1.073 é o número de decretos de calamidade pública por chuvas e enchentes no Brasil no ano de 2023. Foi recorde em número de decretações de situações de emergência nos últimos dez anos. Em 2023, o Rio Grande do Sul já foi o estado brasileiro em que foram expedidos mais decretos, 433.



PENSATA A OPORTUNIDADE COMPETITIVA DA ECONOMIA VERDE BRASILEIRA

O Brasil, entre as 20 principais economias do mundo, é o país com a matriz energética mais limpa, com menor dependência de combustível fóssil, gás e carvão; também tem a melhor combinação entre matriz energética e reserva florestal, com grande potencial para a economia de baixo carbono. EUA, Canadá, Índia e China, com territórios semelhantes, apresentam reservas florestais mais limitadas.

O agronegócio sustentável, certificado e vinculado a um mercado de carbono

bem estruturado é o caminho para o Brasil consolidar liderança econômica com sustentabilidade nos próximos 50 anos. E, para isso, o primeiro passo, a descarbonização da economia, deve ser seguido de um amplo arcabouço em dotar o país de uma ECONOMIA VERDE mais competitiva, globalmente, o que exige esforços de planejamento, diplomacia, organização setorial, engajamento sustentável, diálogo e comunicação/relações públicas no âmbito global.

